

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DO PLANO, DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA REFORMA ADMINISTRATIVA

Portaria n.º 1090/82

de 19 de Novembro

Considerando o conteúdo funcional da categoria de chefe dos serviços de medicina prevista no quadro aprovado pela Portaria n.º 377/73, de 30 de Maio;

Tendo em conta o disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 674/75, de 27 de Novembro, conjugado com a tabela anexa ao Decreto-Lei n.º 373/79, de 8 de Setembro;

Nos termos do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 373/79, de 8 de Setembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e pelos Ministros dos Assuntos Sociais e da Reforma Administrativa, o seguinte:

1.º A categoria de chefe dos serviços de medicina constante da tabela anexa à Portaria n.º 377/73, de 30 de Maio, passa a ser remunerada pela letra C da tabela de vencimentos do funcionalismo público.

2.º Esta portaria produz efeitos a partir do dia 1 do mês seguinte ao da sua publicação.

Ministérios das Finanças e do Plano, dos Assuntos Sociais e da Reforma Administrativa, 3 de Novembro de 1982. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, *Alípio Barrosa Pereira Dias*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro dos Assuntos Sociais, *Adalberto Paulo da Fonseca Mendo*, Secretário de Estado da Saúde. — Pelo Ministro da Reforma Administrativa, *António Jorge de Figueiredo Lopes*, Secretário de Estado da Reforma Administrativa.

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA, DA JUSTIÇA, DOS ASSUNTOS SOCIAIS E DA HABITAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES

Decreto Regulamentar n.º 87/82

de 19 de Novembro

Tornando-se necessário desenvolver os princípios gerais do regime jurídico da condução sob influência do álcool, contidos na Lei n.º 3/82, de 29 de Março:

O Governo decreta, nos termos da alínea c) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — A detecção da presença de álcool no sangue pode ser feita por meio de analisadores qualitativos ou quantitativos de ar expirado.

2 — A determinação da taxa de álcool é feita por meio de analisador quantitativo de ar expirado ou por métodos biológicos.

3 — Os métodos biológicos são, fundamentalmente, análises de sangue ou de urina.

Art. 2.º — 1 — Quando o agente da autoridade utilizar o analisador qualitativo e os resultados forem positivos, deve submeter o suspeito, no prazo máximo de 2 horas, ao analisador quantitativo, a fim de determinar a taxa de álcool.

2 — O recurso aos métodos biológicos impõe que se recolha o mais rapidamente possível a amostra a analisar.

Art. 3.º Para garantir a eficácia técnica de detecção da presença de álcool no sangue pode o agente da autoridade, sempre que suspeite de utilização de meios susceptíveis de alterar momentaneamente o resultado do exame, reter, até ao limite máximo de tempo de 30 minutos, o suspeito, a fim de o submeter aos exames tidos por convenientes.

Art. 4.º — 1 — Para a colheita de sangue é utilizado material adequado, fornecido pelo agente da autoridade.

2 — O sangue colhido deve ser vazado em 2 recipientes adequados, que, depois de devidamente selados e referenciados, com aposição da hora da colheita, das assinaturas do dador, do agente da autoridade e do responsável pela colheita, devem ser entregues ao agente da autoridade.

3 — A entidade fiscalizadora deve enviar a laboratório autorizado, o mais rapidamente possível, nunca ultrapassando o prazo de 24 horas, as amostras, que se destinam uma à contraprova e a outra a eventual recurso.

4 — As amostras devem ser conservadas à temperatura de cerca de 4°C, de modo a possibilitar em boas condições quer a contraprova quer eventual recurso.

5 — O disposto nos números anteriores deste artigo aplica-se, com as devidas adaptações, às análises de urina eventualmente feitas ao abrigo do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 3/82, de 29 de Março.

Art. 5.º — 1 — O pagamento voluntário das multas constantes da Lei n.º 3/82 é feito sempre pelo mínimo e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código da Estrada.

2 — O suspeito, ao requerer a contraprova, tem de entregar, contra recibo, ao agente da autoridade, 5000\$, para pagamento dos exames a realizar para determinar o estado de influenciado pelo álcool.

3 — Outras despesas e prejuízos, designadamente os previstos no n.º 5 do artigo 9.º deste diploma, serão liquidados, contra recibo, em qualquer posto policial, conjuntamente com a multa.

4 — Na decisão judicial por qualquer das contra-venções previstas no artigo 7.º da Lei n.º 3/82, o tribunal terá em conta, sempre que for o caso, o constante do n.º 3 deste artigo.

Art. 6.º Os resultados laboratoriais e os relatórios dos exames feitos nos termos do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 3/82, quando os houver, devem acompanhar sempre o auto de notícia, para os efeitos do artigo 9.º da mesma lei.

Art. 7.º — 1 — Sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 3/82, o laboratório deve enviar à entidade fiscalizadora, no prazo de 72 horas, os resultados dos exames.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 3/82, o recorrente deve entregar ao laboratório escolhido a notificação e este requisitar ao laboratório que procedeu ao exame relativo à contraprova o duplicado da amostra.

3 — O laboratório de recurso deve, no prazo de 72 horas, dar conhecimento do resultado do exame, quer ao recorrente, quer à entidade fiscalizadora a que pertença o agente atuante.

Art. 8.º Os aparelhos utilizados na detecção e determinação de álcool no ar expirado devem ser apro-

vados nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 64.º do Código da Estrada.

Art. 9.º — 1 — O impedimento referido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º da Lei n.º 3/82 implica que da guia de substituição, passada por motivo da apreensão da licença de condução pelas autoridades com competência para fiscalizar o trânsito ou seus agentes e válida pelo tempo julgado necessário para a regularização do assunto e renovável, quando ocorra motivo justificado, conste que só pode ser reiniciada a condução 12 horas após a ocorrência, salvo se, entretanto, do exame requerido pelo condutor se provar a inexistência de qualquer suspeita de influência de álcool.

2 — O referido impedimento implica também a imobilização do veículo, salvo se a sua condução puder ser assegurada, em condições de segurança, por condutor legalmente habilitado para o efeito.

3 — O agente da autoridade que tiver determinado a imobilização do veículo deve providenciar para que o mesmo fique estacionado de acordo com a lei.

4 — Nas auto-estradas, o veículo imobilizado poderá ser arrumado na berma, sendo devidamente sinalizado nos termos que o agente da autoridade indicar.

5 — Todos os prejuízos e despesas derivados da imobilização do veículo são sempre da responsabilidade do influenciado pelo álcool.

6 — Em nenhum caso, porém, o condutor submetido a exame de ar expirado que apresente resultados positivos poderá continuar a conduzir qualquer veículo, ainda que seja para o arrumar convenientemente, enquanto durar o impedimento previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º da Lei n.º 3/82.

7 — O exame a que faz referência o n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 3/82 só pode ser requerido pelo condutor 4 horas após o exame de pesquisa de álcool no ar expirado; se os resultados deste ainda forem positivos, o condutor poderá requerer novos exames, de 2 em 2 horas, até que se verifique a inexistência de qualquer suspeita de influência de álcool.

Art. 10.º — 1 — A reabilitação referida no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 3/82 consegue-se quando o alcoólico habitual provar, em tribunal, que se encontra curado.

2 — As entidades indicadas no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 3/82, para além das conclusões periciais, devem, quando a soma dos períodos de inibição de conduzir perfizer 90 ou mais dias, num período de 2 anos, a contar da data de aplicação de qualquer das sanções previstas no n.º 1 do artigo 7.º da mesma lei, requerer a inibição da faculdade de conduzir aplicável aos alcoólicos habituais.

Art. 11.º São determinados através de portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes:

- a) Os métodos a utilizar para a determinação do doseamento do álcool no sangue;
- b) O modelo de impresso a utilizar no exame directo;
- c) As tabelas dos preços dos exames realizados;

d) Os laboratórios que poderão efectuar a análise do sangue.

Francisco José Pereira Pinto Balsemão — José Ângelo Ferreira Correia — José Manuel Meneres Sampaio Pimentel — Luís Eduardo da Silva Barbosa — José Carlos Pinto Soromenho Viana Baptista.

Promulgado em 9 de Novembro de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Portaria n.º 1091/82

de 19 de Novembro

Tendo em vista o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 3/82, de 29 de Março, e no artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 87/82, de 19 de Novembro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, o seguinte:

1.º O doseamento do álcool no sangue deve ser feito pelo método de oxidação electroquímica em célula de combustível, podendo, por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, vir a ser adoptados outros métodos.

2.º O exame directo será elaborado nos termos do modelo anexo.

3.º Para efeitos do disposto na alínea c) do artigo 11.º do Decreto Regulamentar n.º 87/82, por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes determinar-se-á a forma como a entidade fiscalizadora procederá ao pagamento dos exames e operações inerentes e a distribuição das verbas cobradas pelos diversos intervenientes no processo.

4.º Os laboratórios autorizados a efectuar as análises para determinação da taxa de álcool no sangue ou urina, para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 3/82 e no n.º 3 do artigo 4.º e no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 87/82, são os dos hospitais distritais e alguns dos hospitais centrais.

5.º Numa primeira fase, só estão, no entanto, autorizados a efectuar as referidas análises os laboratórios dos serviços de urgência dos seguintes hospitais:

Hospitais Cíveis de Lisboa (S. José);
Hospital de Santo António, no Porto;
Hospital da Universidade, em Coimbra.
Hospital Distrital de Faro;
Hospital Distrital de Castelo Branco;
Hospital Distrital de Vila Real.

Esta lista será alargada por despacho conjunto dos Ministros da Administração Interna, da Justiça, dos Assuntos Sociais e da Habitação, Obras Públicas e Transportes.

6.º Por despacho dos mesmos ministros, poderão ser autorizados outros laboratórios não referidos no n.º 5.º

7.º Está sujeito à aprovação prévia da Direcção-Geral de Viação e da Direcção-Geral de Saúde, que designará, para o efeito, as entidades laboratoriais competentes e o material utilizado para a colheita dos líquidos